

▶ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE  
ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE  
REPRESENTAÇÃO NO BRASIL

Coordenação de Sistemas e Serviços de Saúde e  
Capacidades Humanas para Saúde

▶ MINISTÉRIO DA SAÚDE  
Conselho Nacional de Saúde

**2024**

# RELATÓRIO TÉCNICO

**127**

Fortalecimento da Participação Social no Sistema Único de Saúde



## 1. IDENTIFICAÇÃO DO TC/TA

<b>NÚMERO DO TC:</b>	127		
<b>TÍTULO DO TC:</b>	Fortalecimento da Participação Social no Sistema Único de Saúde		
<b>Objeto do TC:</b>	Fortalecer e qualificar a participação social em saúde e o apoio a essa atividade nos âmbitos estadual, municipal e nacional.		
<b>Número do processo:</b>	25000.095666-2021-00	<b>Número do SIAFI:</b>	
<b>Data de início</b>	21/12/2021	<b>Data de término:</b>	21/12/2026

<b>DETALHAMENTO DO TA</b>	<b>Nº</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
TA:	1	recurso	R\$40.224.331,77
TA:	2	recurso	R\$45.000.000,00
<b>Valor Total no TC:</b>			<b>R\$ 85.224.331,77</b>

### ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA CONTRAPARTE

<b>Área técnica</b>	Conselho Nacional de Saúde (CNS)		
<b>Responsável:</b>	Ana Carolina Dantas Souza (Secretária Executiva do CNS)		
<b>Endereço:</b>	Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco G, Ed. Anexo, Ala B, 1º andar – sala 103 B.		
<b>Telefone:</b>	(61) 33152855	<b>E-mail:</b>	cns@saude.gov.br

### ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA OPAS/OMS

<b>Área técnica</b>	Coordenação de Sistemas e Serviços de Saúde e Capacidades Humanas para Saúde (HSS)		
<b>Responsável:</b>	Julio Pedroza		
<b>Endereço:</b>	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19 - Brasília, DF		
<b>Telefone:</b>	(61) 3251-9499	<b>E-mail:</b>	pedrozajul@paho.org

## 2. CONTEXTO

A Cooperação Técnica entre a Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde - OPAS/OMS e o Conselho Nacional de Saúde - CNS se configura em uma relação de trabalho colaborativa para qualificação e fortalecimento das ações do Controle Social e da participação no âmbito do Sistema Único de Saúde, de acordo com o marco de regulamentação do SUS, determinando na Lei 8.142/1990, no artigo 1º, § 2º, o qual determina que “o Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo”.

O Termo de Cooperação nº 127 tem por objetivo principal o “Fortalecimento da participação social no Sistema Único de Saúde”, tendo sido concebido a partir de três eixos estratégicos: Eixo 1 – Capacidade institucional do Conselho Nacional de Saúde e dos conselhos de saúde estaduais e municipais para atuar na formulação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde (deste eixo foram gerados os Resultados Esperados nº 1 e 2 da Matriz Lógica); Eixo 2 – Qualificação técnica, pesquisa e inovação para o controle e a participação social (RE3 e RE4); e Eixo 3 – Gestão do conhecimento e intercâmbio de experiência no âmbito da participação e controle social (RE5).

Por meio deste TC127, a OPAS/OMS e o CNS pretendem fortalecer e qualificar a participação social em saúde e o apoio a atividades nos âmbitos nacional, estadual e municipal, realizando processos de análise e avaliação das políticas públicas de saúde, monitoramento das condições de saúde da população brasileira, qualificação de conselheiros de saúde, comunicação em saúde para a população e formulação de propostas de interesse da sociedade. O fortalecimento institucional do CNS permitirá qualificar as agendas de direito à saúde no país, defesa do SUS, melhoria da qualidade das ações e serviços prestados à população, ampliação da transparência da administração pública e debate dos problemas e desafios da saúde no país, bem como a construção coletiva de soluções adequadas às necessidades nacionais e locais, por meio da participação da sociedade nos instrumentos institucionais postos pelo sistema de saúde brasileiro.

Cada um dos cinco Resultados Esperados - RE elencados na Matriz Lógica deste TC127 encontra-se alinhado às prioridades de cooperação técnica da OPAS/OMS, em especial com a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, a “Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030” - ASSA-2030 e a “Estratégia de Saúde Universal”. Ao fortalecerem institucionalmente o controle social e a participação ampla da população na saúde, os RE do TC127 colaboram diretamente para o alcance das metas definidas na “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” pactuada entre os Estados-Membros da Organização das Nações Unidas - ONU (em 2015), principalmente no que tange ao ODS 3 “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”. Soma-se a “Estratégia para o Acesso Universal à Saúde e a Cobertura Universal de Saúde”, expressando o compromisso político dos países da Região no sentido de garantir mais que apenas cobertura, mas o acesso aos serviços e ações de saúde, aspecto concreto do direito à saúde de todas e todos, unindo esforços de cada um deles para o desenvolvimento de sistemas de saúde resolutivos, resilientes e com capacidade para atuar de maneira intersetorial sobre os determinantes sociais da saúde - DSS.

A Participação Social em saúde é considerada pela OPAS/OMS uma Função Essencial de Saúde Pública (FESP). Dentro desse marco conceitual, revisado e atualizado em 2020, existem 12 FESP que são monitoradas e campo de atuação da Organização nos países das Américas com o objetivo de “não deixar ninguém para trás” – princípio central e transformador para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e eixo da Estratégia para o acesso e cobertura universal de saúde. Nesse marco, a 5ª FESP é “Participação e mobilização social, inclusão de atores estratégicos e transparência”. Essa Função compreende a ação de atores sociais com capacidade, habilidade e oportunidade para identificar problemas e necessidades, definir prioridades, formular e negociar suas propostas para desenvolvimento da saúde, de uma maneira deliberativa, democrática e ordenada. A função engloba as ações coletivas mediante as quais a sociedade civil intervém e influem diretamente na organização, controle, gestão e fiscalização do sistema de saúde do país”.

O CNS e o Ministério da Saúde mantém compromisso de diálogo, fruto do reconhecimento da participação social como princípio do SUS e os conselhos e conferências de saúde como espaços democráticos de formulação e monitoramento das políticas de saúde. A OPAS/OMS está alinhada com este compromisso e seu Plano Estratégico 2020-2025, reconhece a participação ativa da sociedade como um elemento-chave na promoção da saúde e no fortalecimento dos sistemas de saúde. Portanto, esta relação de cooperação técnica contribui para fortalecer o SUS.

Um fato histórico deste primeiro semestre de 2024, que contou com o empenho e protagonismo destas três instituições foi a bem sucedida articulação para a aprovação da Resolução A77/A/CONF./3 “Participação Social para Cobertura Universal de Saúde e Bem-estar”, na 77ª Assembleia Mundial da Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 29 de maio de 2024. Esta Resolução é inédita e será um instrumento para potencializar outras ações e articulações globais para fortalecer a participação social na saúde, à medida que faz referências “a meta 16.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é garantir uma tomada de decisão inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis que responda às necessidades”; e “a importância de criar um ambiente seguro e propício à participação para a cobertura universal de saúde, respeitando os princípios de igualdade,

equidade e não discriminação” (Resolução 78/4 – “Declaración política de la reunión de alto nivel sobre la cobertura sanitaria universal”, Assembleia Geral da ONU, 16 de outubro de 2023). E ainda solicita ao Diretor-Geral da OMS, entre outras questões “(1) defender a implementação regular e sustentada de uma participação social significativa no setor da saúde e em outros setores e organizações multilaterais que afetam a equidade e o bem-estar da saúde, como meio de acelerar o progresso equitativo em direção à cobertura universal de saúde, segurança sanitária e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à saúde”.

Vale ressaltar que no primeiro semestre de 2024 foi firmado o 2º Termo de Ajuste para inserção de metas e recursos ao Termo de Cooperação 127. Sua implementação deverá iniciar no segundo semestre deste ano.

### 3. 1º SEMESTRE DE 2024

#### 3.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

##### 1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	1 TA1/RE1. Mecanismos de Gestão e Governança dos conselhos para ampliar a participação e o controle social aprimorados.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Número de ações de capacitação de conselheiros de saúde/ano.</li> <li>2. Número de eventos relativos ao controle social no SUS atinente a formulação, fiscalização e deliberação acerca das políticas de saúde deliberativas pelo do CNS/ano.</li> <li>3. Plano de Educomunicação em Saúde para a Sociedade do Conselho Nacional de Saúde implementado.</li> <li>4. Número de estudos/pesquisas sobre condições de saúde da população brasileira, com ênfase em grupos e comunidades em situação de vulnerabilidade/ano.</li> </ol>
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Realizar 5 ações de capacitação de conselheiros de saúde.</li> <li>2. Realizar 25 eventos relativos ao controle social no SUS atinente a formulação, fiscalização e deliberação acerca das políticas de saúde deliberativas pelo do CNS.</li> <li>3. Desenvolver o Plano de Educomunicação em Saúde para a Sociedade do Conselho Nacional de Saúde.</li> <li>4. Desenvolver 5 estudos/pesquisas sobre condições de saúde da população brasileira, com ênfase em grupos e comunidades em situação de vulnerabilidade.</li> </ol>
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	3
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	3

##### a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

O Plano de Trabalho Anual pactuado entre o CNS e a OPAS/OMS para desenvolvimento de ações no 1º semestre de 2024, foi planejado de forma a considerar o acúmulo de experiências como elemento para impulsionar a continuidade das ações em curso e a concretização de novas ações que ampliam o alcance dos objetivos desta relação de cooperação técnica.

A ação " Desenvolver processos formação e educação permanente dos conselheiros de saúde e outras lideranças da participação social" segue sendo uma das principais iniciativas do TC127, executada por meio de Carta Acordo com o Centro de Educação e Assessoramento Popular - CEAP. Neste primeiro semestre de 2024, foram realizadas duas etapas do projeto Participa + 4: a etapa “Participa + 4 - Planejamento”, teve o objetivo de “planejar as atividades do projeto Participa+ 4: Formação para o Controle Social no SUS”, envolvendo atividades com a equipe do projeto e com as instituições parceiras, especialmente os Conselhos Estaduais de Saúde. A etapa “Participa + 4 - Oficinas”, reiterou o objetivo de “qualificar a ação de conselheiras/os de saúde e lideranças sociais através de processos formativos e o fortalecimento institucional de espaços de participação e controle social no SUS”. A previsão inicial desta etapa era

realizar 47 oficinas em todo país. Devido à demanda de inscrições superior ao número de vagas ofertadas, o projeto recebeu uma emenda com ampliação para mais 35 oficinas, totalizando 82 oficinas a serem concluídas no início do segundo semestre de 2024.

Assim como as etapas anteriores, o projeto busca apoiar a implementação da Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social no SUS (PNEPCSS), sendo desenhado e pactuado de maneira conjunta entre o CNS, a Comissão Intersetorial de Educação Permanente para o Controle Social do SUS (CIEPCSS/CNS), o CEAP e a OPAS.

Ao longo desta experiência, estão sendo incorporadas mais ações, com realização de pesquisas e estudos, promovendo a reflexão e sistematização das experiências e ampliação ao apoio para fortalecimento das Comissões de Educação Permanente nos Conselhos de Saúde Estaduais e do Distrito Federal. As Rodas de Conversa Virtuais, uma inovação deste projeto, tem temas diversos, propostos por pessoas, entidades e movimentos sociais, com grande adesão de público. O documentário "Equidade", lançado em março de 2024, é uma produção deste projeto, que apresenta um cenário amplo, coletivo e plural sobre o que significa a equidade na saúde pública brasileira, a partir do SUS.

Ainda no âmbito de mecanismos de gestão e governança dos conselhos que possam levar a uma ampliação e aprimoramento da participação e do controle social, o CNS promoveu as Oficinas Macrorregionais com o tema "Perspectiva do financiamento adequado e suficiente para o SUS". Estas oficinas foram realizadas pela Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento (Cofin), com objetivo de qualificar conselheiras e conselheiros de saúde (estaduais e municipais), de todo país para analisar a execução orçamentária e os instrumentos de gestão do SUS. Foram realizadas cinco oficinas macrorregionais presenciais em Recife/PE (Região Nordeste I), Manaus/AM (Região Norte), Campo Grande/MS (Região Centro Oeste), Fortaleza/CE (Região Nordeste II) e Vitória/ES (Região Sudeste). Além do compartilhamento de experiências, as oficinas têm participação de palestrantes de áreas do Ministério da Saúde, que apresentam as ferramentas, inclusive aplicativos, para que conselheiros e conselheiras tenham à disposição os dados referentes aos repasses feitos para cada município deste país.

O Termo de Cooperação apoiou a continuidade de ações estruturantes e permanentes, relacionadas aos instrumentos de comunicação do CNS em web e ferramentas de vídeo conferências e acessibilidade. Foram renovadas contratações de ferramentas de design gráfico, streamyard e demais serviços para a realização das reuniões. Estas ferramentas digitais, ampliam a capacidade do Conselho de se comunicar com a sociedade, por meio de redes sociais e demais veículos de informação.

O CNS lançou novos episódios do Podcast "AbraSUS", promovendo diálogos sobre temas relevantes para o controle social. No primeiro semestre foram abordados quatro temas: Desafios para o SUS em 2024; Conselhos Locais de Saúde, 4ª CNGETS e Resolução sobre Participação Social na Saúde, aprovada na 77ª Assembleia Mundial da Saúde.

Ação importante para a gestão e governança do CNS, foi a realização da 3ª Edição do Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Saúde 2022-2024, com participação dos conselheiros e conselheiras. Foi um momento de balanço, análise das perspectivas da Saúde no Brasil e revisão do planejamento iniciado no início da atual gestão, em 2022. Em sequência, a Secretaria Executiva do CNS realizou o planejamento estratégico e situacional com a equipe de trabalhadores e trabalhadoras do Conselho, desenvolvido com metodologia que contou com diferentes momentos e abordagens, de acordo com as atividades desenvolvidas pelas pessoas que trabalham no CNS.

#### b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Não foram relatadas dificuldades e as questões pormenores surgidas foram resolvidas a partir da boa relação entre as partes.

#### c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

As ações planejadas para o 1º semestre de 2024 foram alinhadas de forma a fortalecer as metas pactuadas, progredindo consideravelmente em todos os pontos previstos. Houve avanços e ampliação nas ações de formação de conselheiros, na capacidade de comunicação e divulgação para a sociedade das pautas e do trabalho do CNS e da capacidade de análise e formulação sobre as questões relativas ao SUS.

## 2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	2	TA1/RE2. Mecanismos de participação social e do monitoramento e fiscalização da implementação das políticas de saúde fortalecidos.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conferência Nacional de Saúde realizada.</li> <li>2. Número de eventos relativos ao processo da Conferência Nacional de Saúde/ano.</li> <li>3. Número de atividades preparatórias para a Conferência Nacional de Saúde de 2022/ano.</li> <li>4. Número de atividades preparatórias para a Conferência Nacional de Saúde de 2026/ano.</li> </ol>	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Realizar as Conferências Nacionais de Saúde de 2022 e 2026.</li> <li>2. Realizar 5 eventos relativos ao processo da Conferência Nacional de Saúde</li> <li>3. Realizar 3 atividades preparatórias para a Conferência Nacional de Saúde de 2022.</li> <li>4. Realizar 3 atividades preparatórias para a Conferência Nacional de Saúde de 2026.</li> </ol>	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	3	
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	3	

## a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

As ações planejadas no Plano de Trabalho Anual para este Resultado Esperado 2, estão possibilitando o apoio às atividades preparatórias das próximas Conferências Temáticas de Saúde previstas.

A 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (4ª CNGTES) tem como tema “Democracia, Trabalho e Educação na Saúde para o Desenvolvimento: Gente que faz o SUS acontecer”. A realização da 4ª CNGTES, dezoito anos após a realização da 3ª CNGTES, resgata a relevância pública do trabalho em saúde, a importância do fortalecimento dos espaços de diálogo permanente entre trabalhadoras e trabalhadores do SUS, pessoas usuárias e gestoras do SUS, para garantir os direitos e melhores condições no trabalho, que também atendam às necessidades da população usuária do SUS. A Conferência tem três eixos estratégicos: Eixo 1 – Democracia, controle social e o desafio da equidade na gestão participativa do trabalho e da educação em saúde; Eixo 2 - Trabalho digno, decente, seguro, humanizado, equânime e democrático no SUS: uma agenda estratégica para o futuro do Brasil; e Eixo 3 - Educação para o desenvolvimento do trabalho na produção da saúde e do cuidado das pessoas que fazem o SUS acontecer: a saúde da democracia para a democracia da saúde.

No primeiro semestre foi aprovado o regimento, regras e diretrizes metodológicas da 4ª CNGTES (Resolução CNS nº 732, de 1º de fevereiro de 2024), foi lançado o Documento Orientador e realizadas reuniões da comissão organizadora e demais comissões da 4ª CNGTES, que tem composição de integrantes do CNS e da SGTES/MS. As etapas municipais e regionais foram concluídas em junho de 2024. As etapas estaduais, do Distrito Federal e as Conferências Livres serão concluídas no segundo semestre, e a etapa nacional será realizada de 10 a 13 de dezembro de 2024, em Brasília/DF.

A 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (5ª CNSTT) foi convocada em 2023 (Resolução CNS nº 723) e a Resolução CNS nº 736, de 1º de fevereiro de 2024, aprovou a prorrogação do cronograma das etapas preparatórias regionais e/ou macrorregionais e conferências livres, iniciadas em março de 2024, que serão realizadas até 2025. A etapa nacional será realizada de 08 a 11 de julho de 2025, em Brasília. O tema da 5ª CNSTT é “Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora como Direito Humano” e guiado por três eixos estratégicos: Eixo 1 - Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora; Eixo 2 - As novas relações de trabalho e a saúde do trabalhador e da trabalhadora; e Eixo 3 - Participação popular na saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras para o Controle Social.

Em ambas conferências, a OPAS/OMS atua em cooperação, com contribuições para a organização e debates dos temários.

**b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes**

A construção das conferências de saúde é um exercício de diálogo, reflexões e superação de desafios para acolher a diversidade da população e das regiões brasileiras, na busca da equidade no SUS. A mobilização de conselhos de saúde, entidades, movimentos sociais, instituições e gestão do SUS de todo país é uma grande oportunidade para a construção coletiva de propostas e diretrizes. A relação de cooperação entre o CNS e a OPAS/OMS tem demonstrado sólida capacidade de aglutinar estes atores sociais para um processo colaborativo e democrático.

**c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas**

As ações desenvolvidas, desde o processo de preparação das conferências, até a etapa nacional e os desdobramentos decorrentes das propostas aprovadas, traduzem o fortalecimento do controle social e sua capacidade de contribuir para a avaliação formulação das políticas de saúde.

A permanente avaliação dos processos de construção das conferências proporciona espaço para inovações que resultam na ampliação da diversidade de participação dos setores da sociedade civil e envolvimento dos gestores do SUS, tais como as Conferências Livres e as Atividades Autogestionadas.

Portanto, a realização da 4ª CNGTES e a realização das etapas preparatórias da 5ª CNSTT, em 2024, contribuem para aprimorar os processos de conferências de saúde, aprofundar debates das políticas a elas relacionadas, acumulam forças, atingem os indicadores deste resultado esperado e deixam legado para as próximas metas a serem atingidas até 2026.

**3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)**

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	3 TA1/RE3. Comissões Intersetoriais do Conselho Nacional de Saúde em sua função de assessoramento do Plenário do CNS fortalecidas.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	1. Número de eventos e atividades relativas às Comissões Intersetoriais/ano. 2. Número de estudos e pesquisas técnicas para subsidiar o trabalho das Comissões Intersetoriais/ano.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	1. Realizar 25 eventos/atividades relativas às Comissões Intersetoriais. 2. Realizar 30 estudos/pesquisas técnicas para subsidiar o trabalho das Comissões Intersetoriais.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	3
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	3

**a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA**

As 19 Comissões Intersetoriais do CNS mantêm agenda permanente para realizar monitoramento, análises e estudos acerca do desenvolvimento das políticas de saúde, que assessoram o Pleno do Conselho a elaborar sua agenda e subsidiam suas recomendações e deliberações. As Câmaras Técnicas também desenvolvem trabalho de relevância técnica, para apoiar e fortalecer o trabalho das comissões e do CNS, com realização de pesquisas, estudos e investigações sobre assuntos específicos.

A execução das ações planejadas no Plano de Trabalho Anual para o 1º semestre de 2024, refletem a continuidade e evolução da governança do CNS para atender às necessidades da agenda do controle social no SUS. Além das reuniões periódicas, algumas comissões realizaram atividades com temáticas específicas:

- Foi instituído um Grupo de Trabalho sobre a Política Nacional de Atenção às Pessoas com Doenças Reumáticas (GT-

Reumato/CNS), por meio da Resolução nº 733/2024, de 1º de fevereiro de 2024, com a finalidade de produzir subsídios para a criação da Política Nacional de Atenção às Pessoas com Doenças Reumáticas.

- Conferência Livre Ciência, Tecnologia e Inovação, Participação Social e Saúde, foi uma atividade realizada no âmbito do Projeto Integra, que é desenvolvido por meio de uma Carta Acordo com o Instituto Escola Nacional de Formação e Qualificação Profissional dos Farmacêuticos, nos marcos da cooperação com a OPAS, por meio do TC 127. Este debate está no escopo de atuação da Comissão Intersetorial de Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica (Cictaf/CNS), que em seu planejamento de trabalho tem como diretriz debater as estratégias de CT&I vinculadas com a saúde.

- Seminário para celebrar os 33 anos da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (Cisi/CNS), que foi uma das primeiras comissões instituídas pelo CNS, em 1991. A criação da Cisi foi uma demanda de lideranças de povos indígenas de todo o Brasil. Nestes anos de atuação, a Cisi tem sido um espaço para atuação do controle social democrático por meio de debates, reivindicações, denúncias e encaminhamentos sobre a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI).

Ao longo deste 1º semestre de 2024, a cooperação técnica com a OPAS/OMS manteve o apoio à realização das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do CNS, apoio para a continuidade das reuniões periódicas (presenciais, híbridas ou virtuais) das Comissões Intersetoriais e Câmaras Técnicas, além de apoio para possibilitar a participação de seus integrantes em reuniões, seminários, encontros e oficinas promovidas por áreas do Ministério da Saúde, instituições e organizações da sociedade civil. Além destas ações, houve contratação de produtos técnicos especializados para fortalecer as atividades executivas do CNS.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Não houve dificuldades relevantes para a realização das atividades relacionadas às ações programadas para este Resultado Esperado nº 3.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

A garantia de realização das atividades planejadas relacionadas às atribuições do Conselho Nacional de Saúde e suas instâncias, a manutenção de agenda permanente para realizar monitoramento, análises e estudos acerca do desenvolvimento das políticas de saúde, é uma das linhas fundamentais da relação de cooperação técnica com a OPAS/OMS. As ações são alinhadas de forma a fortalecer as Comissões Intersetoriais do Conselho Nacional de Saúde em sua função de assessoramento do Plenário do CNS, correspondendo às metas e indicadores pactuados.

Os contratos por produtos relacionados às temáticas das Comissões apresentaram estudos relevantes para contribuir com a reflexão e aperfeiçoamento de suas atividades. Considerando as reuniões periódicas das Comissões Intersetoriais, Câmaras Técnicas e demais atividades realizadas em articulação com as áreas do Ministério da Saúde, comunidade científica e acadêmica, movimentos sociais e outras instituições, há processo de qualificação dos trabalhos para subsidiar e propor temas ao Pleno do CNS, assim como estimular e contribuir para a criação e/ou fortalecimento das comissões correlatas nos Conselhos de Saúde Estaduais, do Distrito Federal e Municipais.

## 4) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	4 TA1/RE4: Agenda de valorização do trabalhador e da desprecarização das relações de trabalho no SUS e contribuição na regulação da formação profissional em saúde promovida.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	1. Número de estudos e pesquisas sobre novos processos de organização do trabalho, novas profissões, incorporação tecnológica e ampliação do escopo de práticas/ano.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	1. Realizar 5 estudos/pesquisas sobre novos processos de organização do trabalho, novas profissões, incorporação tecnológica e ampliação do escopo de práticas/ano.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	3
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	2

## a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No Resultado Esperado 4 do Plano de Trabalho Anual, houve destaque para as ações sobre as relações de trabalho no SUS, que compreendem a formação profissional, educação permanente e regulação do trabalho em saúde, objeto de atuação da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Regulação do Trabalho (CIRHRT) do CNS.

Em 20 março de 2024, a Câmara Técnica da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho do Conselho Nacional de Saúde (CT Cirhrt/CNS) realizou a Oficina de trabalho “A contribuição do controle social para a qualidade da formação profissional em saúde e a avaliação de cursos de graduação da área da saúde no âmbito da Cirhrt”, com objetivo de avaliar o fluxo dos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação da área da saúde. As reflexões produzidas nesta oficina também foram referenciadas no contexto da 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, na perspectiva de fortalecer as relações de trabalho no SUS, e no âmbito da diretrizes da formação em saúde para o SUS.

Dois temas relevantes relacionados ao mundo do trabalho são objeto de Cartas Acordo firmadas com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), desde 2023 e que continuam em execução em 2024:

- Projeto "Subsídios para a discussão de um Sistema Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora", formulado com objetivo de “contribuir para avançar na construção da intersetorialidade da Política Nacional de Saúde do Trabalhador nos estados e regiões metropolitanas, incorporando a perspectiva da sua defesa no campo dos Direitos Humanos e mobilizando o controle social para assegurar maior efetividade da proteção à saúde no trabalho”. As ações continuam em pleno desenvolvimento com pesquisa documental da produção acadêmica; pesquisa documental sobre a legislação; levantamento, sistematização e análise dos dados estatísticos disponíveis sobre a temática do projeto; realização de oficina, para produzir a pesquisa online prevista no projeto e para apresentação dos resultados da pesquisa sobre legislação. Apresenta ainda como pauta e objetivos de oficina e reuniões realizadas com os membros da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Conselho Nacional de Saúde, Comissão Organizadora da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, representantes do Ministério do Trabalho e Ministério da Previdência Social e representantes de Conselhos Municipais de Saúde.

- Projeto “Gestão e Organização do Trabalho na Rede SUS”, que tem por objetivo “analisar o trabalho em saúde por meio de estudos e pesquisas, visando identificar o perfil das trabalhadoras e dos trabalhadores de saúde no Brasil e seu nível de organização social e política, com vistas a subsidiar e mobilizar os atores, em particular os conselheiros de saúde, para a reconstrução de uma Norma Operacional Básica de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde e subsidiar o CNS para a 4ª CNGTES”. A continuidade das atividades no 1º semestre de 2024, apresenta alguns produtos como a sistematização de pesquisas e relatórios com dados apurados. Em junho de 2024, ainda no escopo do projeto, foi lançada pesquisa dirigida aos trabalhadores e trabalhadoras da saúde, com intenção de caracterizar o perfil dos

profissionais de saúde, entender as condições de trabalho e identificar os principais temas de interesse, que podem referenciar os debates da 4ª CNGTES. Esta consulta foi realizada por meio questionário anônimo online, com 36 questões objetivas e está em fase de sistematização.

O Projeto “Rede de Cooperação Internacional sobre Participação Social em Saúde e Políticas Públicas”, desenvolvido por meio de Carta Acordo com a Associação da Rede Unida, tem por objetivo “implementar, no âmbito do ‘Laboratório Ítalo-brasileiro de Formação, Pesquisas e Práticas em Saúde Coletiva’, a ‘Rede de Cooperação Internacional sobre Participação Social em Saúde e Políticas Públicas’ (Rede Participa)”. Em fevereiro de 2024, o CNS participou do 14º Laboratório Ítalo-Brasileiro de Formação Pesquisa e Práticas em Saúde Coletiva, realizado em Bolonha, Itália. Este projeto destaca a importância deste intercâmbio com a experiência italiana, que foi uma das fontes de referência para o projeto de reforma sanitária no Brasil.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

A cooperação técnica entre o CNS e OPAS/OMS mantém relação colaborativa, empenhada no monitoramento e plena execução dos projetos pactuados neste Resultado Esperado 4. As Cartas Acordo estão realizando as atividades dentro dos cronogramas estipulados.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Este resultado esperado, reflete ações para qualificar a atuação do controle social do SUS para contribuir nos debates, formulação e integração das políticas de saúde, educação permanente, organização dos processos de trabalho e valorização dos trabalhadores e trabalhadoras do SUS, especialmente potencializados neste período de realização das etapas da 4ª CNGTES. Neste sentido, os indicadores vêm sendo atingidos e podem ser mensurados por produtos que estão expressos nos estudos realizados.

## 5) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	5 TA1/RE5: Intercâmbio de experiências de participação social em âmbito nacional e internacional, com sistematização e divulgação do conhecimento produzido desenvolvido.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	1. Número de eventos internacionais realizados /ano. 2. Número de Laboratórios de Inovação/ano. 3. Número de estudos sobre emergências sanitárias nacionais e internacionais/ano.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	1. Realizar 3 eventos de intercâmbio do CNS com experiências internacionais de participação social. 2. Realizar 3 Laboratórios de Inovação em Participação Social com temáticas ligadas ao conceito de democracia participativa. 3. Realizar 2 estudos sobre emergências sanitárias nacionais e internacionais, com ênfase nas populações vulneráveis e vulnerabilizadas.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	3
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	2

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

As ações do Resultado Esperado 5 tem relação com a internacionalização do debate sobre participação social, estratégia intensificada pelo Conselho Nacional de Saúde, por meio de intercâmbio de experiências com outros países e proposições de pautas junto à organismos internacionais.

Por ocasião da missão ao Brasil do Diretor-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Tedros Adhanom , o CNS

teve oportunidade de participar de evento na OPAS, em 5 de fevereiro, juntamente com a Ministra da Saúde, Nísia Trindade, do diretor-geral da OPAS, Jarbas Barbosa da Silva Jr. e da representante da OPAS no Brasil, Socorro Gross, onde foi abordado reconhecimento internacional da participação social na saúde.

De 15 a 19 de fevereiro, o CNS participou do Fórum Mundial Social, que reuniu organizações da sociedade civil e movimentos sociais de mais de 90 países, em Katmandu, Nepal. Em sua participação neste Fórum, o CNS compartilhou a experiência da participação social no Sistema Único de Saúde (SUS) e sua importância para universalização do atendimento público e gratuito, bem como na elaboração de políticas públicas.

O CNS participou do 7º Fórum da Comissão Econômica dos Países da América Latina e Caribe (Cepal), ocorrido entre os dias 15 e 18 de abril, em Santiago, no Chile, que teve como tema os progressos e desafios para o cumprimento da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Desde abril o CNS participa do GT Saúde do G20, a convite do Ministério da Saúde, por meio da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais (AISA). Os debates em destaque neste GT são: a construção de sistemas de saúde resilientes, como forma de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; o fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde inclusivos, eficientes e de qualidade, com ênfase na atenção primária à saúde; e a construção de propostas que promovam a redução das desigualdades em saúde.

O CNS é reconhecido internacionalmente como referência pela experiência e atuação no controle social da saúde e pela conquista de institucionalização da participação social, enquanto parte integrante do SUS. Algumas ações de intercâmbio com outros países foram desenvolvidas pontualmente, com apoio da cooperação com a OPAS. Porém, um dos elementos que marcam a intensificação dessa articulação internacional, foi a participação do CNS nas atividades da 76ª Assembleia Mundial da Saúde, 2023, proporcionando contatos com outros países com objetivo comum de levar o tema da participação social aos fóruns globais. Desde então, iniciou-se a articulação para aprovação de uma resolução sobre participação social na saúde na 77ª AMS, em 2024.

O Projeto “Atuação Internacional no Direito Humano à Saúde – Segunda Etapa”, desenvolvido por meio da Carta Acordo com a Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo, para o acompanhamento, a instrução e a análise de iniciativas e processos internacionais relativos ao Direito Humano à saúde, contribuiu em tratativas com instituições internacionais ligadas à temática dos Direitos Humanos em várias frentes, entre elas a resolução sobre participação social na saúde e na construção de um tratado sobre Pandemias.

A contribuição do CNS para a construção de instrumentos de promoção da saúde como direito humano junto a organismos internacionais, contou com apoio do Ministério da Saúde, enquanto Estado-Membro da OMS, por meio de sua Assessoria Especial de Assuntos Internacionais (AISA), da Missão Permanente do Brasil junto à ONU e da OPAS/OMS. O texto da Resolução A77/A/CONF./3 “Participação Social para Cobertura Universal de Saúde e Bem-estar”, foi objeto de negociação entre os Estados-Membros da OMS e proposto por Alemanha, Bélgica, Brasil, Chipre, República Tcheca, Colômbia, Croácia, Equador, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, França, Geórgia, Grécia, Guatemala, Irlanda, Luxemburgo, Noruega, Holanda (Reino do), República da Moldávia, República do Quirguistão, Finlândia, Filipinas, Sri Lanka, Tailândia e Tunísia, sendo aprovado pela 77ªAMS, em 29 de maio de 2024.

O CNS compôs a delegação do “Coletivo da Sociedade Civil do Controle Social do SUS”, promoveu uma agenda de eventos paralelos à programação da 77ª AMS: 27/05 – Oficina: a experiência brasileira de formação para o controle social no SUS, com destaque para o projeto Participa+; 28/05 - Evento "Dos princípios à ação sobre a participação social para a cobertura universal de saúde, a saúde e o bem-estar", em apoio à aprovação da Resolução sobre participação social na saúde, organizado por Brasil, Tailândia, Eslovênia, Noruega, Tunísia, França; Estados Unidos, Civil Society Engagement Mechanism-CSEM for UHC2030 (Mecanismo de Envolvimento da Sociedade Civil pela Cobertura Universal de Saúde 2030); Observatório Europeu de Sistemas e Políticas de Saúde; UHC Partnership (Parceria para Cobertura Universal de Saúde), que teve o lançamento da edição especial da revista EuroHealth sobre Participação Social na Saúde; 29/05 - Lançamento do documentário Equidade, produzido pelo CNS e o Ceap, em cooperação com a OPAS; 30/05 – Reunião com representações da Missão do Brasil na ONU, da OMS e da Comissão Nacional de Saúde da Tailândia; 30/05 - Ato Público em Memória às Vítimas da Covid-19.

Como desdobramento da conquista desta Resolução, foi constituído um Grupo de Trabalho, entre os países proponentes, para desenvolver um plano de ações pelo cumprimento da resolução. Além das reuniões virtuais, este GT terá o primeiro encontro presencial deste GT será em novembro, na Tailândia.

**b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes**

A OPAS/OMS e o CNS tem demonstrado empenho para o fortalecimento da participação social no SUS e superado desafios para promover articulação internacional para intercâmbio de experiências e contribuições para formulação de novos marcos para os sistemas de saúde.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

As ações planejadas no Plano de Trabalho Anual de 2024, referentes às relações internacionais do CNS foram ampliadas e se articulam com a conjuntura nacional, que está num momento de retomada de agendas internacionais, e a conjuntura internacional pós pandemia da Covid-19, que intensifica o debate sobre a Agenda 2030 (ODS), tendo a participação social como forte elemento para o fortalecimento dos sistemas de saúde.

### 3.2 CONTRIBUIÇÃO ÀS PRIORIDADES DO GOVERNO E AO PLANO ESTRATÉGICO DA OPAS

O escopo do Termo de Cooperação 127 tem três eixos estratégicos que dialogam com as prioridades definidas pelo CNS nesta cooperação técnica com a OPAS/OMS: Eixo 1: Capacidade institucional do Conselho Nacional de Saúde e dos conselhos de saúde estaduais e municipais para atuar na formulação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde; Eixo 2: Qualificação técnica, pesquisa e inovação para o controle e a participação social; e Eixo 3: Gestão do conhecimento e intercâmbio de experiência no âmbito da participação e controle social.

Em relação ao alinhamento estratégico do TC 127, a Lei nº 8.080/1990 dispõe que o CNS deve estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde.

A 17ª Conferência Nacional de Saúde aprovou diretrizes e propostas, apresentadas na Resolução CNS nº 715/2023, com as orientações estratégicas para o Plano Plurianual (PPA) e para o Plano Nacional de Saúde (PNS) 2024-2027, entre elas: Diretriz 23 - Fortalecer o Controle Social do SUS, garantindo Educação Permanente, Educação Continuada e Educação Popular em Saúde, com designação orçamentária nas três esferas de governo. O PNS 2024-2027 foi aprovado por unanimidade, em votação realizada durante a 350ª Reunião Ordinária do Conselho (Resolução nº 741, de 22 de fevereiro de 2024).

Ademais, há um cenário de retomada no fortalecimento da participação social, por parte do Governo Federal, expressa na diretriz no Plano Plurianual da União (PPA) 2024-2027 “Promover a transparência e a gestão participativa na elaboração e implementação do orçamento e das políticas públicas, com foco em seus beneficiários e em seus resultados”, e ampliação do financiamento das ações relacionadas à participação e controle social no SUS que fazem parte da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024: Ação 2016- Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde e na Ação 8287 - Aprimoramento da Articulação e Cooperação Interfederativa em Saúde.

No âmbito internacional, o TC 127 contribui com o alcance de diversas metas da Agenda 2030, especialmente com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 3 “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades” e todas as suas metas. Também tem alinhamento com as onze metas da Agenda de Saúde Sustentável das Américas 2030 (ASSA).

Em relação ao Plano Estratégico da OPAS 2020-2025, o TC 127 está alinhado com os Resultados Intermediários e seus indicadores: 9. Fortalecimento da gestão e governança – Indicador: Número de países e territórios que alcançaram pelo menos 60% de sua capacidade para implementar as funções essenciais de saúde pública; 26. Temas transversais: equidade, gênero, etnia e direitos humanos – Indicador: Número de países e territórios com respostas institucionais e mecanismos de prestação de contas que estão avançando rumo à equidade em saúde, à igualdade étnica e de gênero em saúde, e aos direitos humanos.

### 3.3 LIÇÕES APRENDIDAS/RECOMENDAÇÕES

A cooperação técnica entre o Conselho Nacional de Saúde (CNS) e a Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), iniciada em 2011 por meio do Termo de Cooperação 68 - "Fortalecimento Institucional do Conselho Nacional de Saúde- CNS", vem amadurecendo e aprofundando uma relação de trabalho que está alinhada com o propósito deste Termo de Cooperação 127, que pretende "fortalecer e qualificar a participação social em saúde e o apoio a essa atividade nos âmbitos estadual, municipal e nacional."

O Termo de Cooperação 127, iniciado em 2021, foi construído no momento crítico da pandemia de Covid-19, representando um esforço concentrado das instituições envolvidas para dar conta daquele cenário e projetar suas consequências e novos desafios para os sistemas de saúde e, especialmente, a conjuntura do Brasil e do Sistema Único de Saúde – SUS.

Neste contexto, com muitos desafios, os processos de mobilização da sociedade civil, somados às garantias legais que regulamentam a participação social no SUS, foram fundamentais para garantir ao Conselho Nacional de Saúde o exercício de seu papel de formulador e referência para os conselhos estaduais e municipais de saúde, garantindo a realização das conferências de saúde e ações para garantir a incorporação de suas deliberações nos planos de saúde nas três esferas de governo. A cooperação técnica com a OPAS/OMS representa um dos alicerces que permitiram que o CNS continuasse a exercer suas atividades e se consolidar como referência na defesa do direito humano à saúde.

Em 2024, o cenário continua desafiador, porém houve uma evolução na relação do CNS com o Ministério da Saúde, reflexo da reabertura do diálogo entre o governo federal e os espaços de participação social, com a criação do Sistema de Participação Social Interministerial, a retomada da participação efetiva do Ministério da Saúde nas instâncias do CNS, enquanto segmento de gestor do SUS, além do aprofundamento da relação entre o CNS e as áreas do Ministério da Saúde para o monitoramento das políticas de saúde. Esta aliança também conta com apoio permanente da OPAS/OMS para proporcionar o êxito para a realização das etapas preparatórias da 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (CNGTES) e 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

Ao longo destes anos, o desenvolvimento desta cooperação técnica vem contribuindo para ampliar e fortalecer a capacidade de governança e diálogo do CNS com a sociedade brasileira e as instituições de governo. Estas capacidades fortalecidas podem ser verificadas nas inovações e ampliação de participação nas conferências de saúde; a ampliação do investimento, inovações e consolidação processos de formação de conselheiros e conselheiras de saúde; e a qualidade e diversidade dos eventos realizados por meio deste TC 127.

Outro aspecto relevante desta cooperação é a contribuição para a crescente articulação internacional sobre a participação social na saúde. A experiência brasileira de institucionalização da participação social no SUS é uma referência mundial, atraindo a atenção de diversos países e organizações internacionais que desejam compartilhar informações e conhecimentos, assim como o CNS pretende conhecer outras experiências. Este tema ganhou mais força a partir da articulação com outros países para a aprovação de resolução inédita sobre Participação Social na Saúde na 77ª Assembleia Mundial da Saúde, em 2024. A perspectiva é que esta resolução tenha desdobramentos que fortaleçam a participação como elemento fundamental para a garantia do direito humano à saúde.

### 3.4 RESUMO SEMESTRAL: 1º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	3	3	0	90%
2	3	3	0	90%
3	3	3	0	90%
4	3	2	0	70%
5	3	2	0	70%
Total:	15	13	0	82%

**3.5 EXECUÇÃO FINANCEIRA (de acordo com o relatório financeiro oficial da OPAS/OMS)**

Recursos repassados:	US\$ 9,023,410.41
Recursos desembolsados:	US\$ 5,669,401.22
Pendente de pagamento:	US\$ 440,290.41
Saldo:	US\$ 2,913,718.78